

Rio Madeira: governo processa a Odebrecht

Construtora é suspeita de impedir acesso de rivais a fornecedores. SDE anula exclusividade com GE

Mônica Tavares
Brasília

A Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça abriu processo administrativo contra a construtora Norberto Odebrecht por infração à ordem econômica. Segundo o despacho, publicado no Diário Oficial, a empresa é suspeita de fechar mercado a seus concorrentes a fornecedores de máquinas e equipamentos, e até a bancos e seguradoras, no caso do leilão das usinas hidrelétricas Santo Antonio e Jirau, no Rio Madeira. A obra ainda nem foi licitada.

A SDE determinou ainda a anulação imediata de uma cláusula de exclusividade no contrato de fornecimento entre a construtora Norberto Odebrecht e a General Electric (GE). A medida atinge o fornecimento de equipamentos, como turbinas bulbo e geradores, para as usinas. O descumprimento da decisão da SDE resultará em multa diária de R\$100 mil. Pela cláusula, a GE não poderia vender seus produtos a outras empresas no caso de o consórcio liderado pela Odebrecht não vencer a licitação, marcada para o fim de outubro.

Empresa tem cinco dias para recorrer da decisão

Mas a SDE não tomou o mesmo procedimento em relação aos contratos da construtora com Alstom Hydro Energia Brasil, VA Tech Hydro e Voith Siemens. A exclusividade será mantida até o leilão. Caso a Odebrecht, que montou um consórcio com Furnas, seja derrotada, os três fornecedores estarão liberados para se associar ao grupo vencedor.

Segundo a secretária de Direito Econômico, Mariana Tavares de Araújo, a medida era necessária por haver risco de "dano irreparável ou de difícil reparação à concorrência" no que se refere ao acesso a fornecedores. Mariana destacou que somente os contratos referentes a geradores e turbinas bulbo correspondem a 30% do valor de uma hidrelétrica:

- Com a medida, a Odebrecht também participará com os contratos de exclusividade que ela celebrou, com reparos para ajustar as condições de concorrência nos dois leilões. A idéia é garantir uma usina mais barata, com uma energia produzida mais barata.

O diretor de Infra-estrutura da Odebrecht Investimento, Irineu Meirelles, disse que a empresa foi surpreendida pela decisão da SDE e não teve o direito de ampla defesa. A Odebrecht ainda estuda se vai apresentar recurso ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) ou à Justiça. Meirelles

disse temer que informações estratégicas sejam repassadas a outras empresas. A Odebrecht tem cinco dias para recorrer da decisão da SDE.

Para o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, a decisão da SDE vai aumentar a competição no leilão.

- Com essa decisão da SDE, a questão fica mais técnica e menos emocional - reforçou o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman. A Aneel tem recebido queixas de empresários e engenheiros sobre a falta de informações no processo.

- Sem informações niveladas, não existe concorrência - disse Victor Paranhos, diretor do Grupo Suez Energy.

Além da Suez, Camargo Corrêa, Grupo Rede e Chesf reclamaram da falta de informações detalhadas sobre prospecções com os fornecedores, orçamento total da obra e sobre sítios históricos e arqueológicos a serem preservados. Mas José Eduardo Moreira, diretor da TCE Engenharia, que realizou os estudos para as hidrelétricas do Rio Madeira, disse que todos os estudos estão disponíveis para as autoridades. Colaborou Henrique Gomes Batista

TAVARES, M. **Rio Madeira: governo processa a Odebrecht.** O Globo, Economia, pg 43, 15/09/2007